

# Empresários alegam que pagam taxa

O Decreto 1.779, de 1998, deu permissão para os estabelecimentos ocuparem, temporariamente, seis metros quadrados de área pública. No mesmo ano, foi aprovado o Código de Edificações de Brasília que diz que as áreas só podem ser usadas com a permissão da administração regional. Para isso, é preciso pagar uma taxa que varia de acordo com o tamanho e a finalidade da ocupação.

Os proprietários dos três estabelecimentos da 215 Sul ameaçados de derrubada alegam que pagam a taxa à Administração de Brasília para ocupar o espaço. E foi por

causa disso que a liminar foi dada a um deles, o Acqua Day Spa. O documento, concedido pela 1ª Vara de Fazenda Pública em 24 de outubro, justifica que a derrubada deveria ser impedida porque a ocupação da área foi permitida pela administração, que cobra preço público por sua utilização.

O advogado do estabelecimento, Manoel Guilherme Fernandes e Donas diz que o espaço de 51 metros quadrados é invadido há mais de 20 anos, antes mesmo do spa ocupar a loja. O puxadinho é usado como uma sala de atendimento e Manoel diz que, sem a extensão, o proprietário

teria que fechar o estabelecimento. "Todas as comerciais têm puxadinhos. É uma realidade que as autoridades precisam aceitar", ressalta o advogado.

**FALÊNCIA** – Houver Filho, um dos sócios da Pizzaiolo, pizzaria que ocupa 127 metros quadrados de área pública, alega que sem a invasão terá que fechar as portas. O espaço legal que ele ocupa só cabe a cozinha da pizzaria. Todas as mesas ficam no espaço invadido, que é pago, segundo ele. "Sou a favor do tombamento, mas em pontos como a Catedral, a Torre de TV. Nas qua-

dras, não é possível porque a gente precisa crescer", alega.

O dono do Chili Pepper, Wildenor Assunção, o terceiro alvo da derrubada, espera conseguir uma liminar até terça-feira. A ocupação é de 82 metros quadrados o que, segundo ele, é imperceptível. "Não atrapalha ninguém. Se não tivesse o puxadinho, o local seria esconderijo de marginais", diz. Wildenor garante que paga R\$ 440 para ocupar o espaço. Algo que ocorre há oito anos. "O alvará foi liberado, tenho contrato com a administração. Como eles querem derrubar de uma hora para outra?, questiona.